

Ata nº. 06/2014

No dia seis de junho de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Junta da Freguesia de Ermesinde, com a presença do Presidente Luís Miguel Mendes Ramalho e dos Vogais, Teresa Marta Correia de Sousa Raposo da Silva Teixeira, Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, João Fernando da Costa Morgado, Adelino Joaquim Machado Soares e Carla Celeste Magalhães Mendonça de Sousa. -----

A reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período antes da Ordem do Dia -----

a) Informações: -----

Romaria da Santa Rita -----

III Feira da Saúde -----

Colónia Balnear -----

Visita da Assembleia Municipal à freguesia de Ermesinde -----

b) Intervenção do público -----

Ordem do Dia -----

Ponto um – Emissão de Parecer sobre o pedido de licenciamento respeitante aos processos; -----

1.1 – 7/20014 – CMV -----

1.2 – 8/20014 – CMV -----

1.3 – 9/20014 – CMV -----

1.4 – 10 a 14/20014 – CMV -----

Ponto dois – Deliberação sobre a venda Semanal de Artesanato no Mercado -----

2.1 - Aprovação da respetiva norma de Funcionamento -----

Ponto três – Revogação da deliberação aprovada em 05/02/2014, sobre a realização das feiras em dia feriado; -----

Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Camara Municipal no âmbito do cumprimento do art.º 132 da Lei 75/2013; -----

Ponto cinco - Discussão e votação da proposta da Junta de Freguesia no âmbito da aplicação do art.º 132 da Lei 75/2013; -----

Ponto seis – Deliberação sobre a realização, em parceria, do campo de férias para ocupação dos tempos livres, nas férias letivas; -----

Ponto sete- Alteração da localização das instalações do posto A; -----

Ponto oito- Abertura da 2ª Loja Social; -----

Ponto nove - Intervenção dos Elementos do Executivo; -----

Ponto dez - Expediente. -----

O Sr. Presidente começou a reunião por cumprimentar todos os presentes na sala, agradeceu os parabéns que lhe foram sendo endereçados e deu entrada nas informações dizendo: -----

- Os espetáculos da Santa Rita começam todos às vinte e duas horas, e na sexta-feira atuará o João Pedro Martins, no sábado, os "Banda Lusa" e à meia-noite o fogo-de-artifício, no domingo, as "Coqueluche", na segunda-feira à noite, os "Prata Latina" e para terminar na terça-feira à tarde o festival de Folclore, promovido pelo Rancho Folclórico da Casa do Povo de Ermesinde e à noite o grupo "Projeto Único". -----

- Em relação à III Feira da Saúde, considera que esta foi um sucesso, nomeadamente as atividades desportivas no sábado que decorreram no Parque da Resineira. Refere que os rastreios médicos têm sempre bastante adesão pois há uma franja da população que aproveita esta altura para fazer este tipo de controlo. Em todas as atividades estima-se que tenham participado mais de mil e quinhentas pessoas. -----

- A colónia balnear irá ter de mudar de praia, uma vez que aquela que frequentaram no ano anterior perdeu a bandeira azul, estando já encetados os contactos com os concessionários nesse sentido. Refere que foi contactado por alguns pais que indagaram se os meninos do ensino pré-escolar que tenham os irmãos inseridos na colónia balnear poderiam também beneficiar da mesma, ao que este respondeu que não, pois as crianças são demasiado pequenas. -----

- A Assembleia Municipal, está a organizar visitas às Freguesias do Concelho, estando a visita a Ermesinde agendada para dia 21 de junho. Apela à presença de todos os membros do Executivo e à sua ajuda na elaboração do itinerário a fazer de modo a mostrar A Assembleia alguns pontos críticos que se pretendem ver melhorados. -----

- Está a ser preparado pelo Professor Jacinto Soares e pela Professora Augusta Medeiros a primeira de um ciclo de conferências que pretende terminar com a criação do Núcleo Museológico de Ermesinde. Este Museu foi um compromisso eleitoral, mas acarinhado por todos e que tem que ser pensado com clareza pois além de implicar um investimento financeiro avultado, tem que ser acompanhado por técnicos especializados e pelas pessoas detentoras de espólio que possa ser doado ao mesmo. Para estas

conferências forma convidadas pessoas de Ermesinde para falar sobre temas da freguesia debruçadas sobre um conjunto de peças que depois iriam integrar o dito Museu. A Sr.^a Arquiteta Fernanda Lage propôs uma série de temas para serem debatidos e que foram aprovados, mas as subseqüentes conferências terão passado para setembro, pois até lá a Junta de Freguesia tem já várias atividades agendadas, tais como a Romaria da Santa Rita e as Comemorações do Dia da Cidade, o que levaria a que às conferências não fosse dada a devida importância. A primeira Conferência será assim no dia 21 de junho, e gostaríamos que esta tivesse lugar nos claustros da Igreja da Santa Rita ou, não sendo possível, nalgum espaço do Colégio de Ermesinde. -----

- O Executivo da Junta de Freguesia e o Presidente da Assembleia de Freguesia foram convidados a estar presente no jantar comemorativo da vitória do Campeonato de Futebol pelo Ermesinde Sport Clube 1936, que decorrerá no Parque Rest no próximo sábado. Nesse jantar irão ser oferecidas pela Junta as faixas de campeão. -----

Antes do ponto um o Sr. Presidente, constatando que chegou por correio eletrónico a ata nº 3, propõe a inclusão desta na Ordem de Trabalhos, o que foi rejeitado. -----

O Vogal Adelino Soares refere que, por ele, a ata seria incluída, mas tal como já vem sendo dito, há a necessidade de as atas terem de estar disponíveis atempadamente de modo a que possam ser lidas e corrigidas por todos antes da reunião. -----

Ponto um – Emissão de Parecer sobre o pedido de licenciamento respeitante aos processos; -----

1.1 – 7/20014 – CMV -----

1.2 – 8/20014 – CMV -----

1.3 – 9/20014 – CMV -----

1.4 – 10 a 14/20014 – CMV -----

Este assunto é trazido à reunião do Executivo porque esta é uma das competências que se prevê que sejam transferidas para as Juntas de Freguesia. Neste caso, há uma entidade que se dedica a publicidade e que deu entrada na Câmara de Valongo de uma série de processos de colocação de sinalização vertical, nomeadamente, setas e painéis não luminosos de dupla face. Refere também que esta empresa colocou já as estruturas, faltando colocar a publicidade em si. A Junta de Freguesia pediu à Câmara Municipal que

suspendesse todos os processos até haver a transmissão de competências, tendo recebido, por parte da chefe de Gabinete do Sr. Presidente a informação que enquanto a competência não for delegada, esta está no uso das suas competências, pelo que terá de atuar em conformidade. Diz ainda que, a menos que este pedido seja efetuado ao abrigo do programa “licenciamento zero”, deverá sempre ser respeitado o Regulamento relacionado com a colocação de publicidade. Neste caso, e estando em causa a colocação de catorze estruturas o que faz com que tal seja um exagero de estruturas publicitárias, considera que há uma clara violação do disposto neste Regulamento. Por outro lado, considera que estando iminente a transferência de competências, poderá dar-se o caso de ser a Junta de Freguesia a terminar o processo, mas as verbas a receber entrarem, ainda, nas contas da Câmara Municipal. Assim, socorrendo-se da disposição do Regulamento que diz que a atribuição de lugares deverá ser efetuada em hasta pública por sorteio, e tendo em conta, não só a enorme quantidade de estruturas publicitárias como também o facto de a firma requerente ter começado a proceder à sua instalação, mesmo antes de a autorização ser concedida, considera que o parecer solicitado deve ser negativo. -----

A Vogal Secretária Teresa Raposo é da opinião que se estes requerimentos vão contra o disposto no Regulamento, o nosso parecer deverá ser negativo, ao que o Sr. Presidente responde que, só pelo facto de os lugares não terem sido sorteados em hasta pública faz com que contrariem o normativo aprovado. Nesta altura a Vogal Carla Sousa questiona se o Regulamento tem vindo a ser cumprido nesse sentido, respondendo o Sr. Presidente que não. Lembra também que o nosso parecer não é vinculativo, mesmo que sustentado em factos legais ou do Regulamento, podendo mesmo assim a Câmara não o levar em linha de conta. -----

O Vogal João Morgado tomou a palavra para dizer que, legalmente, estes painéis são possíveis de ser colocados, estando inclusive a estrutura inferior dos mesmos já levantada. Assim, apesar de ser da opinião que a colocação de tantos painéis publicitários é manifestamente um abuso e um exagero, não encontra suporte legal para que seja emitido um parecer negativo por parte da Junta de Freguesia. Questiona também se, quando a Junta de Freguesia tiver a competência para o licenciamento irá recusar a colocação de tantos painéis, independentemente de tal significar a redução da sua receita. Diz que não está em condições de se pronunciar sobre a emissão de qualquer parecer sem conhecer o Regulamento em questão. -----

A Vogal Carla Sousa aproveita para perguntar se a delegação destas competências será transferida conjuntamente com as outras ou se será feita em separado, e a quem pertencerá a análise técnica e instrução do processo de colocação de publicidade. A isto responde o Sr. Presidente que as transferências serão efetuadas tal como a Câmara Municipal pretender e que toda a orientação dos procedimentos passará a pertencer à Junta da Freguesia. -----

O Vogal Adelino Soares diz que a Câmara deveria ter aguardado o parecer da Junta de Freguesia para licenciar a colocação dos painéis considerando grave que a empresa tenha avançado com as estruturas mesmo antes de obter o licenciamento. Diz, ainda, que na sua opinião, mediante as dúvidas surgidas, deverá ser dada informação à Câmara que a Junta se abstém de emitir qualquer parecer, posição apoiada pela Vogal Carla Sousa que diz que o incumprimento do regulamento parece ir apenas de encontro a um conflito político, pois este, na prática, nunca foi cumprido. A isto responde a Vogal Esmeralda Carvalho dizendo que o facto de até agora não ter sido cumprido não implica que não o seja daqui em diante. -----

O Sr. Presidente refere, também, que não se escusa de emitir o Parecer, uma vez que foi a própria Junta que alertou o Executivo Camarário para o facto de este ser necessário, propondo que sejam propostos os pressupostos do Regulamento em vigor, e caso este não esteja a ser cumprido, o licenciamento não deverá ser emitido. Assim, desde que não seja posto em causa o procedimento legal, nomeadamente quanto aos prazos de resposta a cumprir, o licenciamento não deve ser emitido também porque a requerente avançou para a colocação dos painéis sem que fosse obtida uma resposta definitiva. -----

Finalmente foi proposta a suspensão do ponto até ser dado conhecimento do Regulamento a todos os elementos do Executivo. -----

Ponto dois – Deliberação sobre a venda Semanal de Artesanato no Mercado-----

2.1 - Aprovação da respetiva norma de Funcionamento -----

O Sr. Presidente começa por dizer que, por altura do Natal, foi feita já uma venda de artesanato no Mercado de Ermesinde, tendo sido pedido que tal evento se repetisse noutras alturas do ano. O Gabinete de Ação Social apresentou uma proposta para que se criasse uma norma para que esta atividade se pudesse desenvolver durante os meses de verão. -----

O Vogal Adelino Soares coloca algumas questões nomeadamente: quanto ao horário de abertura ser coincidente com o do Mercado; sobre a possibilidade de se reduzir o preço da participação dos vendedores, uma vez que a ideia é também dinamizar o próprio mercado, propondo que durante um mês ou quinze dias a participação seja feita gratuitamente. -----

A isto o Sr. Presidente responde que estes preços foram os praticados já durante o Natal, e que não pode considerar não cobrar a ocupação daquele espaço uma vez que no Mercado existem também outros

vendedores que pagam o aluguer da sua banca. Refere que para que esta venda fosse de ocupação gratuita, teria que ser feita noutro espaço, por exemplo, no Largo da Feira Velha. -----

A Vogal Carla Sousa questiona o que se entende por feira de Artesanato e se haverá ou não produção simultânea dos produtos para venda, ao que o Sr. Presidente responde que se trata essencialmente de artesanato urbano. -----

O ponto dois e a norma de funcionamento foram aprovados por unanimidade com o compromisso de avaliação do projeto no final da atividade. -----

Ponto três – Revogação da deliberação aprovada em 05/02/2014, sobre a realização das feiras em dia feriado; -----

Este ponto surge na sequência da queixa efetuada pela Associação de Feirantes junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel. -----

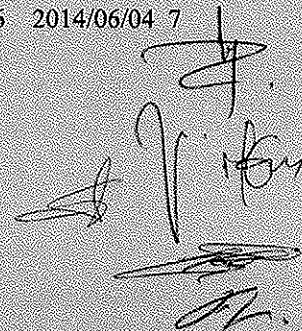
O Vogal Adelino Soares questiona se há a experiência em Ermesinde de a Feira não ter sido realizada em dia feriado ao que o Sr. Presidente responde que no mandato do Sr. Casimiro Gonçalves a feira que coincidia com o dia feriado era antecipada ou atrasada. Esta exceção começou a ser efetuada no mandato do Sr. Artur Pais em que os feirantes montavam as suas bancas e pagavam diretamente aos funcionários da Junta. Neste caso considera que a principal questão se prende com o pagamento antecipado e que quando muito poderiam os feirantes exigir que a feira se realizasse na quinta ou na terça-feira. Até porque os feirantes foram anteriormente consultados e concordaram que a feira fosse realizada no dia feriado com o pagamento em regime de vagas. -----

A Vogal Carla Sousa intervém para apresentar uma correção à deliberação anterior pois o que é dito é que se “autoriza a realização de todas as feiras que coincidam com o dia feriado”, e não era isso que se pretendia dizer. -----

O Sr. Presidente diz que o que aqui se propõe é saber se se revoga ou não a deliberação anterior e o Regulamento passa a ser integralmente aplicado. -----

A Vogal Carla Sousa é da opinião que se clarifique posteriormente o que se entende por realização de feira em dia feriado e se altere o Regulamento da Feira nesse sentido, ao que o Sr. Presidente responde que enquanto não houver a transferência de competências o Regulamento não deverá ser alterado. Depois disto, a mesma Vogal propõe que, enquanto a transferência não for efetuada, seja permitida a realização das feiras sem a aplicação da taxa adicional, recebendo desde logo uma resposta negativa do Sr. Presidente, dizendo que a atividade económica dos feirantes não deverá ser suportada pela Junta de Freguesia e que a receita arrecadada não é significativa, tendo em conta as despesas de eletricidade, policiamento e horas extras dos funcionários. -----

O Vogal Adelino Soares propõe que, mediante o que for decidido em Tribunal, se altere o Regulamento ao que o Vogal João Morgado responde que tal poderá demorar alguns anos pelo que, ou se assume a



ermesinde
junta de freguesia

responsabilidade de manter a posição da Junta de Freguesia até decisão definitiva do Tribunal, ou então vamos ao encontro daquilo que a Associação pretende e esta que se entenda posteriormente com os feirantes que representa. -----

Após discussão foi votado por unanimidade manter a deliberação anterior até alteração dos pressupostos. --

Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal no âmbito do cumprimento do art.º 132 da Lei 75/2013; -----

No âmbito das alterações legislativas das competências foi efetuada pelo Executivo da Junta de Freguesia uma proposta à Câmara Municipal, tendo esta sido alvo de uma contraproposta com a qual não concordamos. Esta proposta foi alvo de discussão em reuniões informais, mas nunca tinha sido apresentada em reunião do Executivo. Pelo que apresentam-se agora ambas as propostas, para discussão e votação formal. -----

Quanto a este ponto o Vogal João Morgado é da opinião que a Junta de Freguesia nunca chegou a pronunciar-se diretamente à Câmara Municipal sobre a sua última proposta, estando esta ainda a aguardar uma resposta, pelo que esse seria o primeiro passo a tomar. Até porque considera que ainda é necessário discutir a proposta anterior, nomeadamente em relação aos argumentos que a Câmara apresentou relativos aos 43,00€ (quarenta e três euros) que considera resultarem de um empolamento do preço praticado pela Redeambiente, quando, na verdade, nada diz que este é o preço real do serviço, prestado por aquela empresa. Julga que na Câmara Municipal estão ainda a aguardar uma resposta por parte da Junta de Freguesia, resposta essa que ainda não foi transmitida. -----

Quanto a isto, o Sr. Presidente propõe manter-se o ponto de rejeição da proposta da Câmara e apresentar-se uma nova proposta, mas sem que sejam reduzidos os valores, pois as outras Juntas de Freguesia também não o irão fazer. Até porque primeiro a Câmara não irá gastar mais do que tem comprometido agora em Orçamento, e segundo, não é de aceitar uma proposta que contemple um desinvestimento em Ermesinde. -----

A Vogal Carla Sousa questiona se o dinheiro que a Câmara pretende transferir é ou não suficiente para a execução destas tarefas, e qual o estudo que possuímos para suportar a nossa conclusão. -----

O Vogal Adelino Soares, considera que o valor proposto pela empresa Redeambiente terá naturalmente em vista o lucro, o que não é o objetivo da Junta de Freguesia, daí que os valores a ser negociados não poderão ser os mesmos, muito embora a Junta possa depois investir esse dinheiro também em benefício da população. -----

Não concordando com a ideia de baixar os valores a atribuir para aquela competência, o Sr. Presidente sugere aos outros elementos do Executivo que apresentem uma nova proposta à votação, manifestando o seu receio de Ermesinde estar a reduzir o montante que lhe será atribuído e as outras freguesias, não o fazendo, serem beneficiadas. Refere, também, que temos que ter em conta que as máquinas e equipamentos fornecidos pela Câmara não serão os mais recentes nem os em melhor estado, sendo que se existir alguma folga financeira será sempre para proceder a essas reparações. -----

Após discussão, foi deliberado por unanimidade rejeitar a proposta efetuada pela Câmara Municipal de Valongo no âmbito do cumprimento do art.º 132 da Lei 75/2013 e retirar o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos para discussão em momento posterior, com a consequente renumeração dos pontos seguintes. --
Discussão e votação da proposta da Junta de Freguesia no âmbito da aplicação do art.º 132 da Lei 75/2013;
Ponto cinco - Deliberação sobre a realização, em parceria, do campo de férias para ocupação dos tempos livres, nas férias letivas; -----

A Proposta é a manutenção do campo de férias nos moldes em que ele foi anteriormente realizado, sendo que será feita uma parceria com o Instituto do Bom Pastor para que não haja um aumento dos encargos, nomeadamente com a facilitação da utilização da sua piscina e outra com a Escola Secundária de Ermesinde. Refere que o acampamento previsto ainda não foi possível definir, uma vez que até agora não houve resposta por parte dos Escuteiros. -----

Colocado o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Ponto seis – Alteração da localização das instalações do posto A; -----

A Vogal Carla Sousa questiona se o valor do arrendamento é maior ou menor do que o que é pago agora, ao que o Sr. Presidente responde que este é mais caro cem euros, mas que este valor será compensado pela poupança com outros custos, nomeadamente no consumo de energia elétrica. -----

Colocado o ponto à votação este foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto sete- Abertura da 2ª Loja Social; -----

A alteração da localização das instalações do posto A pressupõe que do outro lado seja aberta uma segunda Loja Social, que, em princípio, poderá ter uma especialização para outro tipo de produtos. -----

Este ponto foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto oito – Atribuição de subsídio -----

A atribuição do subsídio foi aprovada nos termos propostos pela Comissão de subsídios por maioria com a abstenção das Vogais Sónia Silva e Teresa Raposo por incompatibilidade de funções. -----

Neste momento a reunião foi interrompida e dada a sua continuação no dia onze de junho de dois mil e catorze pelas vinte e uma horas. -----

Retomado o ponto um da Ordem de Trabalhos, anteriormente suspenso, foi a proposta de deliberação aprovada por unanimidade. -----

Dado o período de tempo decorrido e que permitiu aos membros do Executivo a sua leitura, foi proposta a inclusão na Ordem de Trabalhos da discussão e aprovação da ata nº 3 de 2014 que foi aceite e passou a ser o ponto número oito. -----

Ponto nove – Ponto oito – Discussão e votação da ata nº 3. -----

Colocada à votação foi a ata nº 3 de 2014 aprovada por unanimidade, com as alterações propostas pelo Bloco de Esquerda. -----

Ponto nove - Intervenção dos Elementos do Executivo; -----

Dada a palavra à Vogal Carla Sousa, esta aproveitou para lembrar a necessidade de visitar a Travessa 1º de Dezembro, a casa da Refer, ou seja, o Edifício Entre Linhas. Alerta para o facto de no parque da Estação, onde costumam praticar skate, se encontrarem várias pedras partidas e para a necessidade de ser formada a Comissão para elaboração do Orçamento Participativo. Tendo em conta que à Feira da Saúde devem acorrer determinadas pessoas com dificuldades económicas, questiona se entre essas haverá algumas que, após o rastreio, não possam prosseguir com apoio médico e se o Gabinete de Ação Social intervém no acompanhamento dessas mesmas pessoas. -----

Quanto ao Orçamento Participativo, o Sr. Presidente refere que poderão ser já indicados, no final desta reunião, os nomes que integram a comissão. Quanto à visita ao edifício da Refer a D.ª Lurdes ficou de falar com o nosso contacto naquela instituição para que esta fosse agendada. Em relação à Travessa 1º de Dezembro, falou hoje com o Vice-Presidente da Camara que ficou de visitar também a zona da Palmilheira, pelo que se irá agendar a visita àquelas duas zonas em simultâneo. No que concerne à Feira da Saúde e aos rastreios, na sua opinião trata-se de uma falsa questão, pois o Serviço Nacional de Saúde deverá continuar a assegurar estas situações, devendo o reencaminhamento ser feito pelo médico de família. Conclui dizendo que a ideia dos rastreios é de apenas sensibilizar a população. -----

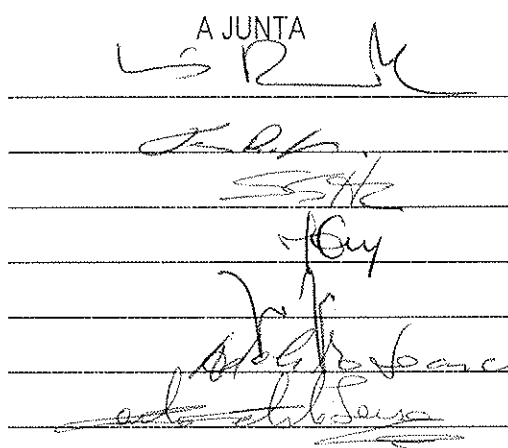
O Vogal João Morgado intervém para dizer que também já organizou alguns rastreios através dos Rotários e a questão que se colocava sempre era a de saber que destino dar aos resultados, tendo sido confrontado com o facto de por um lado não ser possível fazer um reencaminhamento direto para o sistema de saúde e por outro, não ser possível fazer o acompanhamento dos doentes. Também manifesta conhecimento de que as pessoas que fazem por hábito esses rastreios são conhecedoras dos vários que se realizam pela freguesia, pelo que aproveitam para controlar a sua saúde por diversas vezes. -----

Ainda a Vogal do Bloco de Esquerda diz que, no âmbito da Feira da Saúde, discorda com a forma como as atividades desportivas foram disponibilizadas, sendo da opinião que tal se tratou de uma forma de as empresas divulgarem os seus serviços. Considera que, à semelhança de outras localidades, as atividades desportivas deveriam ser promovidas durante a maior parte do ano e não apenas em alguns dias, bem como dinamizariam alguns locais mais abandonados na freguesia, através, por exemplo de atividades destinadas à população sénior, nomeadamente jogos da malha. O Sr. Presidente responde que aquela foi uma forma de muitas pessoas experimentarem atividades que nunca tinham feito anteriormente. -----

O Vogal Adelino Soares questiona novamente quando é que está pensada a reunião do Conselho Consultivo da Cidade, pois ao envolver o Associativismo poderíamos dar solução a este tipo de situações levantadas pela Vogal do Bloco de Esquerda. Aproveita para perguntar a quem pertence o espaço e as escadas posteriores à estação da Refer, uma vez que estas não possuem qualquer rampa de acesso para deficientes, além de que a parte do jardim se encontra muito deteriorada. A isto o Sr. Presidente responde que na altura lhe disseram que a inclinação não permitia a colocação de uma rampa. -----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada. -----

A JUNTA



The image shows the signatures of the Junta members. The first signature is large and bold, followed by several smaller, more cursive signatures. The text 'A JUNTA' is written above the first signature.